

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

ATA - 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-DOCE

No dia 28 de junho, às 10h00, no auditório da Universidade Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, teve início a 26ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce). Dando início às atividades, a presidente do comitê, Luciane Teixeira Martins, cumprimentou a todos os presentes, agradecendo a presença. Ela informou que ainda não havia *quórum* deliberativo, porém alguns conselheiros – cuja presença garantirá o *quórum* mínimo, entraram em contato, informando que estão a caminho. Sendo assim, a reunião foi iniciada com os informes da diretoria, que independem de deliberação. A presidente do CBH-Doce, primeiramente, registrou o recebimento de justificativa de ausência das seguintes instituições: Leão Alimentos, FIEMG, Prefeitura de Santo Antônio do Rio Abaixo, Prefeitura de Sooretama, Instituto Terra, Aldeia Krenak, Fundação Relictos. Além desses, ela relatou a situação da FIBRIA, cujo conselheiro titular atualmente indicado, o Sr. João Lages, ocupa o cargo de secretário executivo no CBH-Doce. No entanto, às vésperas da reunião, ele entrou em contato informando que foi desligado da empresa, razão pela qual não mais poderá representá-la no âmbito do CBH-Doce. Em função disso, o cargo de secretário executivo do comitê ficará vago. Em atenção à situação, a presidente do comitê explicou que de acordo com o Regimento Interno, os cargos de Presidente e de Secretário devem ser ocupados por representantes de estados distintos, portanto, neste caso específico, o Art. 10, que fala sobre os procedimentos a serem adotados em caso vacância, não são aplicáveis, uma vez que tanto o 1º quanto o 2º Secretários-Adjuntos também são de Minas Gerais, mesmo Estado que a presidente representa – fato que os impedem de assumir o posto ora vago. Verifica-se, então, que se trata de um caso regimental omissivo, considerando que a vaga em aberto, obrigatoriamente, deverá ser ocupada por um representante do Espírito Santo, que seja titular e pertencente ao segmento dos usuários. Na sequência, ela informou aos presentes, verificada a atual composição do colegiado, quem seriam os conselheiros aptos a assumir a vaga e informou que o assunto voltará ser tratado ao final da reunião, a fim de verificar como se dará a escolha no novo secretário executivo para o cumprimento do restante do mandato, que findará em 31 de outubro de 2019. Prosseguindo, ela falou sobre o posicionamento do CBH-Doce no que se refere à situação da Mina de Gongo Soco, situada no município de Barão de Cocais, pertencente ao território da

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

34 Bacia do Rio Piracicaba, razão pela qual as articulações estão sendo feitas junto ao
35 CBH-Piracicaba. A presidente do CBH-Doce informou que foi encaminhado ofício à
36 Vale requerendo informações detalhadas em relação à caracterização físico-
37 química do rejeito contido no complexo, bem como quanto às ações preventivas
38 implementadas e, ainda, sobre as medidas mitigatórias em caso de eventual
39 rompimento. A resposta da VALE foi compartilhada junto à Câmara Técnica de
40 Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) para uma discussão técnica e aprofundada
41 sobre a questão. No que se refere à questão da composição dos sedimentos, a
42 presidente informou que as informações recebidas serão encaminhadas ao IGAM e
43 à CPRM para análise. Em seguida, ela falou sobre a proposta da criação do Grupo
44 de Trabalho sobre segurança de barragem, proposto pela FONASC na última reunião
45 do CBH-Doce. Em relação a esse tema, ela informou que, conforme alinhado junto à
46 CTGEC do CBH-Doce e à CTIL do CBH-Piracicaba, previamente, será realizada uma
47 reunião de alinhamento junto aos órgãos competentes - ANA, IGAM, CPRM, FEAM,
48 entre outras entidades, a fim de avaliar a viabilidade da criação do grupo, bem
49 como outros temas relacionados à questão das barragens e a forma de atuação dos
50 comitês nesse sentido. A proposta é que a atividade seja realizada nos próximos 60
51 (sessenta) dias, sendo que todos os conselheiros receberão o convite. Dando
52 prosseguimento, a Sra. Luciane Teixeira falou sobre a definição das áreas, pelo CBH-
53 Doce, para recuperação de 5.000 nascentes, pela Fundação Renova, em
54 atendimento à Cláusula nº 163 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
55 (TTAC). Ela fez um breve resgate sobre o processo, lembrando aos conselheiros sobre
56 a Nota Técnica aprovada em plenária, no ano de 2017, sobre a questão. Em
57 seguida, ela falou sobre a proposta de compatibilização com o Programa de
58 Restauração Florestal, conforme discussão também já realizada no âmbito do
59 comitê, reforçando que toda a definição feita em articulação com os comitês de rios
60 afluentes da UGRH que será contemplada com a recuperação de nascentes, sendo
61 que, no momento, estão sendo atendidas das UGRHs Piranga e Suaçuí, em Minas
62 Gerais; e Pontões e Lagoas, no Espírito Santo. Na sequência, ela apresentou as
63 sugestões encaminhadas pelos comitês afluentes e validadas pela CTGEC, no que se
64 referem às nascentes ainda restantes nessas áreas, sendo: 203 na Bacia do Rio
65 Piranga; 678 na Bacia do Rio Suaçuí e 610 na Bacia do Pontões e Lagoas do Rio

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

66 Doce. Feita a validação no âmbito do CBH-Doce, as informações serão
67 compartilhadas, via ofício, junto ao CIF/Fundação Renova para o início das
68 atividades de recuperação nas áreas selecionadas. Ato contínuo, a presidente do
69 CBH-Doce fez um relato sobre a situação de escassez registrada na Bacia
70 Hidrográfica do Rio Suaçuí – Estação Vila Matias, conforme Portaria nº 25/2019,
71 publicada pelo IGAM no dia 26 de junho, em atenção às prerrogativas da
72 Deliberação Normativa nº 49, do CERH-MG. Em atenção à informação, o Sr. Wylliam
73 Mello, do IGAM, explicou quais restrições de uso ficam impostas aos usuários da
74 região, em função da publicação da Portaria. Ele também explicou que as análises
75 de outorga continuam sendo feitas, porém a publicação só poderá ocorrer após o
76 término da vigência da portaria que é de 60 dias, mas pode ser prorrogada caso a
77 situação crítica persista. Finalizados os informes, foi requerida e aprovada uma
78 inversão de pauta, antecipando a apresentação da ANA, considerando que a
79 equipe precisará se ausentar mais cedo em função do horário do voo. Prosseguindo,
80 foram iniciados os comunicados dos conselheiros. Nesse ponto, a representante da
81 UHE Baguari, Micheline Fialho, falou sobre ofício protocolado junto ao CBH-Doce, no
82 mês de abril, sobre uma situação de conflito de competência relacionada a pedido
83 de outorga no Rio Corrente Grande, considerando que o mesmo deveria ser
84 analisado junto à ANA e não no âmbito estadual, pois se encontra dentro do
85 reservatório da UHE-Baguari. Sobre o tema, o representante do IGAM esclareceu que
86 o processo em questão não está sob a posse do IGAM, mas na Superintendente de
87 Projetos Prioritários (SUPPRI), em Belo Horizonte. Em resposta, a presidente do CBH-
88 Doce informou que vai fazer uma consulta e questionamento aos órgãos
89 competentes e, assim que houver retorno, vai compartilhar com todos os membros
90 da plenária. Além disso, será agendada reunião junto aos representantes da UHE-
91 Baguari, a fim de alinhar de forma mais detalhada o assunto. Dando continuidade, o
92 conselheiro Felipe Benício Pedro, que representa o CBH-Doce no colegiado
93 coordenador do Fórum Nacional de CBHs, falou sobre a realização do Encontro
94 Nacional de Comitês, o ENCOB, que será realizado entre os dias 21 e 25 de outubro
95 na cidade de Foz do Iguaçu/PR. O tema, em 2019, será #FalaComitê. A ideia é dar
96 vez e voz aos CBHs e, além disso, a temática de barragens será amplamente
97 discutida durante a programação. Em seguida, ele falou sobre os cases de êxito,

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

sendo que o CBH-Doce se propôs falar no ENCOB sobre o descontingenciamento dos recursos da cobrança no estado de Minas Gerais. No caso dos CBHs estaduais, a inscrição foi feita via fórum mineiro, sendo que o CBH Manhuaçu inscreveu um case. Finalizando, informou que a equipe do colegiado conseguiu um hotel com preço acessível, próximo ao evento, sendo que a ideia é concentrar os representantes do Doce nessas acomodações, no entanto, as inscrições no evento e a reserva no hotel devem ser realizadas até o dia 20 de agosto. Fechando os informes, o representante da CESAN, Antônio Ferreira, relatou os problemas que estão sendo enfrentados no município capixaba de São Roque do Canaã em função da grave estiagem registrada na região. Prosseguindo com a pauta, foi passada à deliberação acerca das atas das últimas reuniões do comitê, sendo: 25ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2018; e 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2018. Ambos os documentos foram aprovados de forma unânime pelos conselheiros votantes presentes. Na sequência, foi passada à apreciação da Deliberação Normativa nº 76/2019, aprovada *ad referendum*. A presidente do CBH-Doce explicou que a norma trata da aprovação do estudo de convergência entre o mapa de vulnerabilidade e a Deliberação Normativa CBH-DOCE nº 59/2017 e o estudo de priorização de áreas para a restauração florestal de 40.000ha apresentado pela Fundação Renova, assunto que já foi amplamente debatido na reunião do comitê realizada em abril. No entanto, na ocasião, não foi formatada uma DN. Ou seja, o objetivo é apenas formalizar a questão que já foi tratada e aprovada em plenária. Em atenção à questão, o Sr. Ronevon Huebra, do Sindágua, destacou que, no seu entendimento, o CBH-Doce não pode concordar com a recuperação de apenas 40 mil hectares de área degradada, considerando que é uma área muito pequena, se levarmos em consideração a extensão da bacia e a amplitude da degradação existente. Em resposta, a Sra. Luciane Teixeira explicou que esse é quantitativo contido no TTAC, por isso é o número registrado na DN do CBH-Doce, não sendo possível alterá-lo, a não ser que o termo mude. Ela destacou está prevista a repactuação dos programas, sendo que ela, enquanto representante do CBH-Doce na CTFLOR, tem pontuado a necessidade de uma avaliação sobre o aumento desta área, considerando a extensão dos danos existentes no território. Finalizada a discussão, o documento foi colocado em deliberação, sendo aprovado com o

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

registro de abstenção do conselheiro Ronevon Huebra. Dando continuidade, foi passada à apresentação do Sr. Maurren Ramon Vieira, representante da Agência Nacional de Águas e coordenador do Grupo Técnico de Acompanhamento do Programa de Monitoramento Quali - Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos do rio Doce, Zona Costeira e Estuários, instituído pelo Comitê Interfederativo (GTA-PMQQS). O Sr. Maurren foi convidado a participar da reunião com objetivo de abordar a qualidade da água dos rios diretamente impactados pelo rompimento da barragem de fundão: violações dos padrões estabelecidos pela legislação e possíveis implicações para os usos, conforme dados expostos na nota técnica n.º33, do GTA-PMQQS. Dando início à fala, ele esclareceu que o principal objetivo da apresentação é fazer os esclarecimentos necessários à correta interpretação da NT. Ele relatou que a questão da qualidade da água gera muitas dúvidas em toda a comunidade, trazendo à tona questionamentos, tais como: é possível beber dessa água? O pescado está contaminado? Posso irrigar minha plantação? Em resposta, ele explicou que se trata de uma questão de grande complexidade, considerando que não existe um normativo capaz de indicar, com clareza, a resposta às questões feitas, pois os parâmetros apresentados são inespecíficos, não sendo viável vincular a um tipo de cultura ou atividade. Em sua fala, ele explicou que as análises são feitas tendo como base a Resolução Conama nº357/2005, que dá diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos d'água, bem como estabelece parâmetros e padrões de qualidade de água de acordo com os usos previstos, porém não define um percentual de violações aceito para que a qualidade da água esteja dentro de uma determinada classe, exceto no caso da *Escherichia coli*. Ou seja: não é possível associar um parâmetro específico com um uso específico. Ele ressaltou que os dados em questão são relacionados à água bruta. No que se refere à água tratada, ele explicou que a captação de água da bacia do rio doce para abastecimento é possível, desde que a Estação de Tratamento de Água (ETA) seja capaz de, sendo sua qualidade verificada pelo Vigiaqua/MS. Diante disso, a nota técnica em questão tem como objetivo utilizar os dados do PMQQS – entre agosto de 2017 e outubro de 2018, para avaliar a qualidade da água da Bacia do Rio Doce frente aos usos para dessedentação animal, irrigação, aquicultura e pesca explicitando os parâmetros com violações dos padrões estabelecidos para águas doce classe 2 estabelecidos

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

pela Resolução Conama n.º 357/2005. Ele destacou que foi considerada classe 2, pois não há enquadramento estabelecido na bacia. Em seguida, apresentou, de forma sucinta, os principais parâmetros que nortearam a análise técnica e destacou que as análises foram feitas nos pontos de monitoramento existentes ao longo do Rio Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, tanto no período chuvoso quanto no seco. Ao final, foram obtidas as seguintes conclusões: no que se referente à irrigação, faz-se necessária a avaliação e diagnóstico do uso da água bruta por cultura, tanto para a qualidade dos alimentos produzidos assim como para garantia de manutenção da qualidade do solo irrigado. Sobre a dessedentação de animais, o técnico informou que é importante ficar atento, principalmente no período chuvoso, pelas concentrações observadas de manganês total e E. coli. No que tange ao abastecimento, é importante observar a capacidade de tratamento da ETA e o atendimento ao estabelecido pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação n.º 5/2018 do Ministério da Saúde. Já com relação à pesca e aquicultura, observado o limite de arsênio total, o consumo deve ser avaliado pelo órgão de competência. Por fim, ele relatou que a NT nº 33 foi encaminhada ao CIF para conhecimento e providências e ressaltou que alguns dos parâmetros já poderiam apresentar violação anteriormente ao rompimento da barragem, pois não havia tantos pontos de monitoramento e análises periódicas ao longo desses rios. Iniciadas as discussões, o Sr. Fábio Cruz, do IFMG, questionou as limitações da Resolução CONAMA, destacando a necessidade de que seja elaborada uma normativa robusta, capaz de atender, de fato, às necessidades existentes. Segundo ele é preciso provocar o CONAMA quanto a isso, pois a ausência dessa norma mais específica torna a discussão abstrata, impossibilitando a geração de análises consistentes, deixando clara a limitação dos instrumentos legais para a emissão de dados seguros. Em seguida, o Sr. Carlos Eduardo Silva, convidado na reunião e servidor da Secretaria de Estado de Saúde, falou brevemente sobre sua atuação junto à CT-Saúde, que produz análises relacionadas à água tratada. Segundo ele, a CT possui pontos de monitoramento nos municípios da calha e, apesar de algumas inconformidades, de modo geral, vem sendo obtidos bons resultados, a maioria dentro dos parâmetros estabelecidos pelas normas em vigor. Em seguida, o Sr. Antônio, da CESAN, ressaltou a importância de que seja feito o cruzamento dos dados junto às informações coletadas pelas

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

empresas de saneamento e ressaltou que a inexistência do enquadramento interfere no resultado obtido, pois todos os rios são avaliados como classe 2. Dando prosseguimento, a presidente do CBH-Doce reforçou que a revisão do PIRH, cujo TDR já foi aprovado em plenária, prevê a elaboração do enquadramento. Finalizando as discussões, foi definida que a provocação proposta pelo Sr. Fábio Cruz, no que se refere à necessidade de uma normativa mais robusta, será avaliada no âmbito da CTGEC. Ainda sobre o tema, o conselheiro Senisi Rocha, do Lions Clube Flor de Manacá, demonstrou preocupação com a inércia do CIF no que se refere ao questionamento apresentado ao CBH-Manhuaçu relativo à retirada de água que está sendo feita no Rio Manhuaçu para o abastecimento do município de Resplendor. Ele requereu que o CBH-Doce endosse a demanda junto ao CIF. Em resposta, a Sra. Luciane Teixeira afirmou que o CBH-Doce irá interpelar o CIF quanto à demanda e sugeriu, ainda, consultar o IGAM, considerando que é do órgão gestor a competência sobre questões de outorga. Ainda na discussão o Sr. Ronevon destacou que a Fundação Renova também precisa ser confrontada sobre tema. A fim de subsidiar o apoio do CBH-Doce, a analista do IBIO, Juliana Vilela, pediu ao Sr. Senisi Rocha que enviasse o ofício direcionado ao CIF, sendo que o mesmo consentiu. Finalizadas as discussões sobre o tema, foi feito um intervalo para almoço, com o retorno das atividades agendado para 13h. Retomadas as atividades, foi passada a palavra ao Sr. André Marques Diretor-Presidente da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP. Em sua fala, inicialmente, ele fez uma breve apresentação sobre o Comitê de Integração do Rio Paraíba do Sul, o CEIVAP, destacando sua área de atuação, estrutura, composição, atribuições e instâncias. Ele relatou que existe uma ação articulada entre a agência o comitê, fato que facilita muito a rodagem dos projetos. Em seguida, apresentou a AGEVAP, entidade que exerce as funções de Agência de Bacia e Secretaria Executiva de 10 Comitês de Bacias Hidrográficas, numa área que abrange 184 municípios, sendo 39 em São Paulo, 57 no Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais. Com relação ao planejamento, previsto no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), ele apresentou a estrutura motriz, intitulada os dez trabalhos de Hércules, composta da seguinte forma: 1. Integração forte entre Comitê e Agência; 2. Entendimento que somos entes do SINGREH 3. Compreensão da fragilidade dos

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

tomadores 4. As metas do CG são prioritárias 5. Poucas demandas induzidas 6. Foco em macroações 7. Metodologia de atuação: comitê define ação e critérios de hierarquização e agência faz o TDR e conduz o andamento do processo 8. Desembolso é prioridade 9. Estruturação de projetos de duração continuada: *Protratar, Siga Ceivap; Monitorar; Escola de Projetos; Programa Mananciais* 10. Mudança na Sistemática - Grupo de Trabalho e CTs. Em seguida, ele falou sobre a Escola de Projetos, iniciativa implantada em 2016, com o objetivo de capacitar estudantes e profissionais da área ambiental para atuar no acompanhamento e desenvolvimento de ações e atividades técnicas previstas no PAP 2017-2020 do CEIVAP. De acordo com o diretor-presidente da AGEVAP, a Escola de Projetos incentiva a ideia do “aprender fazendo”. A estrutura atual compreende, na equipe técnica: 01 gerente de recursos hídricos; 06 especialistas em recursos hídricos; 02 especialistas administrativos e 24 estagiários, tendo como parceiras as seguintes instituições de ensino: UNESP – São José dos Campos/SP; USP – Lorena/SP; UFJF – Juiz de Fora/MG; UFRJ – Macaé/RJ; UNIFEI – Itajubá/MG. Em sua apresentação ele mostrou fotos de atividades realizadas, tais como capacitações, oficinas, vistas técnicas, levantamento das condições das PCD na bacia, sondagem para o projeto de SES, estudo de metodologia para monitoramento de PSA, acompanhamento de obras na área de saneamento, projetos de pesquisa, entre outras ações. Ele apresentou, ainda, o custo total da iniciativa, cujo principal montante é oriundo da parcela de investimento, 92,5%, pois a base no trabalho é feita no formato de uma gerenciadora de projetos. Ao final mostrou brevemente o funcionamento da plataforma SIGA-CEIVAP, o Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, cujo objetivo principal é auxiliar a tomada de decisão no processo de gestão da Bacia do Rio Paraíba do Sul, através de um conjunto de soluções que subsidiem o monitoramento e acompanhamento dos dados das estações hidrológicas e meteorológicas, facilitem a criação e atualização de dados sobre a Bacia do Rio Paraíba do Sul e, também, possibilite a divulgação de informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos. Finalizada a apresentação foram iniciados os debates. O Sr. Felipe Benício Pedro, do Sindicato Metabase de Itabira, comentou que a experiência da AGEVAP, referência para a Bacia do Rio Doce, foi fundamental para o êxito no que se refere

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

ao descontingenciamento dos recursos da cobrança junto ao estado de Minas Gerais. Em seguida, o Sr. Paulo Spolidório, representante da Agência Nacional de Águas (ANA), relatou que o órgão gestor federal está sensível às iniciativas no formato de gerenciadora de projetos, porém destacou que é necessário estabelecer regras específicas para esse tipo de ação. Ele mencionou que está sendo trabalhada uma normativa nesse sentido, algo que será fundamental para aliviar a questão do 7,5%, principal gargalo das agências. Em sua fala, o representante da ANA comentou sobre o encontro de delegatárias, ocorrido recentemente, destacando que o intercâmbio de informações entre as agências é muito importante. Ele ressaltou também a ida de técnicos da ANA, junto ao IBIO, na agência PCJ, a fim de conhecer a dinâmica de trabalho deles, que se assemelha em alguns aspectos com a Escola de Projetos, da AGEVAP. Prosseguindo, o representante da ANA falou sobre a preocupação do órgão gestor com a questão da qualidade da água e, especialmente, para que a atualização do PIRH seja feita em articulação com a Fundação Renova, a fim de garantir um trabalho mais efetivo e evitar a sobreposição de ações, otimizando, inclusive, recursos. Segundo ele, PIRH, CBH e Renova precisam falar a mesma língua, tanto que a Fundação esteve reunida com a equipe da ANA para alinhamentos. Finalizando sua fala, ele ressaltou que 2019 está sendo um ano de desafios, marcado por turbulências, em função da situação do IBIO no exercício das funções de agência. Porém, ele relatou que esse também deverá ser um momento de amadurecimento e repactuações, necessárias ao aprimoramento da gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. Ele destacou que, no seu entendimento, uma ruptura traumática, pode não ser a melhor saída. Prosseguindo, o Sr. Senisi Rocha questionou o Sr. André Marques sobre os problemas enfrentados no âmbito da AGEVAP/CEIVAP, sobretudo no que se refere às prestações de contas, considerando que a apresentação enfatizou os pontos positivos da gestão. Em resposta, o diretor da AGEVAP destacou que no âmbito da ANA e dos estados do RJ e SP há um bom funcionamento, pois as auditorias têm um caráter construtivo e há um acompanhamento contínuo. No que se refere a Minas Gerais são registrados problemas semelhantes aos do IBIO, porém o CG com o IGAM representa uma parcela muito pequena – cerca de 1% da arrecadação, fato que minimiza o problema. Ele relatou que vê com bons olhos a aproximação entre a ANA e o IGAM

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

290 e que o órgão gestor mineiro vem procurando aprimorar os seus procedimentos, a
291 fim de sanar os inúmeros passivos existentes junto às AGBs. Além disso, ele relatou que
292 existem inúmeros problemas enfrentados nas ações realizadas junto aos municípios,
293 em especial os de menor porte. Ele ressaltou, também, que para evitar os transtornos
294 eles buscam seguir à risca o PAP, focando em executar aquilo que foi programado,
295 evitando desvios e reprogramações intempestivas. Nesse processo, ele ressaltou a
296 importância do Manual Operativo, que vem sendo desenvolvido junto à ANA. Em
297 seguida, o diretor geral do IBIO, Ricardo Valory, relatou que a entidade enfrenta
298 muitas dificuldades em funções da enorme diferença de procedimentos existente
299 entre ANA e IGAM. No caso de uma gerenciadora, por exemplo, na atual
300 conjuntura, seria viável apenas no contrato com a ANA, pois o IGAM não aceita essa
301 forma de trabalho. Ele relatou que, em alguns casos, é necessária a realização de
302 dois processos licitatórios distintos para contratar um mesmo objeto, sendo que a
303 falta de alinhamento entre os procedimentos atrapalha todo o processo, sobretudo
304 porque 65% da arrecadação é estadual (MG). Ele enfatizou, ao final, que o IGAM
305 tem buscado esse alinhamento, porém ainda não há nada concreto. Nesse sentido,
306 o Sr. André Marques comentou que, no caso da AGEVEP, os procedimentos do RJ e
307 SP são muitos semelhantes e, em alguns casos, até mais simples do que os da ANA,
308 fato que facilita muito o trabalho da agência. Finaliza a discussão, a presidente do
309 CBH-Doce agradeceu à AGEVAP pela presença e convidou a Sra. Ana Karine, da
310 Câmara Técnica de Restauração Florestal do CIF (CTFLOR), para relatar sobre o
311 andamento dos trabalhos da CT. Em sua apresentação, ela falou brevemente sobre
312 as principais atribuições da câmara e apresentou as instituições que a compõem. Em
313 seguida, apresentou os principais programas, sendo: Programa de Recuperação da
314 AA1 (PG 025 – Cláusulas 158, 159 e 160); Programa de Recuperação de APPs e ARH
315 com controle de erosão (PG 026 – Cláusulas 161 e 162); Programa de Recuperação
316 de Nascentes (PG 027 – Cláusula 163); Programa de Fomento ao CAR e PRA (PG 040
317 – Cláusula 183). Em sua fala, ela relatou que os trabalhos da CT têm como objetivo a
318 construção de programas de restauração florestal em larga escala baseados em
319 critérios técnicos aderentes aos objetivos do TTAC, viáveis de implantação e de
320 adesão pelos produtores rurais da bacia. Segundo ela, são os principais desafios
321 enfrentados: Imbróglis jurídicos relacionados à execução dos programas;

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

Engajamento dos produtores rurais; Metas de restauração e indicadores de cumprimento das cláusulas; Desenvolvimento do Pagamento por Serviços Ambientais; Aumento da oferta hídrica na bacia; Gestão integrada dos programas e das transversalidades com programas de outras Câmaras Técnicas. Ela destacou, também, que os indicadores de restauração florestal foram criados especificamente para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sendo as metas definidas de acordo com a realidade local. Ela destacou que em todo o processo é fundamental o apoio de instituições parceiras, especialmente para o engajamento dos produtores, a divulgação dos editais e a definição das áreas de intervenção. Na sequência, ela apresentou os principais resultados já obtidos até o momento, ressaltando que apesar de todo o esforço que vem sendo empreendido, a CT ainda não se orgulha dos números alcançados, porém, no seu entendimento, a expectativa é de que as ações comecem a ocorrer de forma mais acelerada de agora em diante. Ao final de sua fala, ela ressaltou o legado desse trabalho, sobretudo no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento científico. Em complementação à apresentação, a Sra. Luciane Teixeira, que representa o CBH-Doce na CTFLOR, destacou que todas as ações ligadas aos trabalhos da CTFLOR são fiscalizadas pelo IBAMA e, em alguns casos, também por uma empresa de auditoria independente. Ela relatou que ao longo do processo ocorrem muitos contratempos, em especial com os produtores, destacando que alguns têm feito barramento nas áreas recuperadas, a fim de represar a água e outros, até mesmo, chegaram a destruir o que foi restaurado. Prosseguindo, o Sr. Fábio Cruz, do IFMG, relatou preocupação em relação à área de restauração florestal, atualmente limitada a 40 mil hectares. A Sra. Ana Karine explicou que esse assunto vem sendo tratado no âmbito da CT, porém apesar de existir o pleito para a revisão trata-se de um processo complexo, em que a CTFLOR não figura como instância deliberativa. Ainda sobre a temática, a Sra. Aline Serau, da AGERH, indagou sobre o trabalho e convencimento junto aos produtores rurais, pois, historicamente o convencimento desse setor para adesão a programas ambientais é bastante complicado. Em resposta, a Sra. Ana Karine explicou que, de fato, trata-se de algo complexo, em especial quando envolve as pessoas diretamente atingidas pela lama. Ela explicou que vem sendo feito todo um trabalho de mobilização e de comunicação nas comunidades, pois, sim, há resistência. Além

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

354 disso, há muitos produtores idosos e analfabetos. Segundo ela, é indispensável um
355 trabalho pesado de engajamento, mostrando, de forma prática, as vantagens que o
356 produtor terá ao aderir ao programa. Finalizada a discussão sobre a CTFLOR, foi
357 passada a palavra ao Sr. Ricardo Valory, que fez um breve relato sobre os problemas
358 que vem sendo enfrentados pelo IBIO no exercício das funções de agência de água.
359 Em sua fala ela relatou o incômodo com os constantes problemas que sempre estão
360 em pauta nas reuniões, envolvendo questões de repasse – questão já sanada, mas
361 que impactou a atividade do IBIO por um longo período – e os passivos das
362 prestações de conta, que tem trazido impactos significativos no funcionamento da
363 agência, sobretudo após o encerramento das atividades do IBIO institucional, em
364 dezembro de 2018. Ele explicou aos conselheiros que a indefinição do IGAM vem
365 trazendo problemas e inviabilizando a formação de um novo conselho, essencial
366 para a continuidade do IBIO no exercício das funções de entidade
367 delegatária/equiparada. Em seguida, ele falou brevemente sobre os principais
368 problemas, que envolvem a contratação do SIG WEB Doce e dos Planos Municipais
369 de Saneamento Básico. Nesse sentido, ele destacou que a falta de
370 acompanhamento e de orientação por parte do IGAM trouxe muitos prejuízos. Ao
371 final, ele destacou que o IGAM havia se comprometido a apresentar a análise final
372 das prestações de conta no dia 30 de abril, porém não cumpriu o prazo acordado
373 em reunião. Agora, foi agendada uma reunião para o início de julho, sendo que o
374 órgão gestor se comprometeu a trazer o resultado. Fechando sua fala, o diretor do
375 IBIO ressaltou que resultado dessa reunião será fundamental para determinar a
376 possibilidade continuidade do IBIO, admitiu que, certamente, houve falhas de
377 gestão, mas reforçou que houve amadurecimento e aprimoramento dos processos e
378 da equipe da AGB ao longo do tempo. Dando sequência, a Sra. Lucinha Teixeira
379 falou brevemente sobre o Plano de Ação de atendimento às demandas previstas no
380 Acórdão 1749/2018 do TCU, referente à realização de auditoria operacional com o
381 objetivo de avaliar aspectos referentes à gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce,
382 especialmente em relação à implementação do modelo de gestão previsto na Lei
383 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Ela ressaltou
384 que o documento prevê o cumprimento de ações por parte da ANA, CNRH, CBH-
385 Doce e IBIO, sendo que esses órgãos estão em constante articulação para o

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

atendimento às demandas. Ela informou que o plano de ação foi encaminhado a todos, pediu que os conselheiros que acompanhassem com atenção essa ação e propôs trazer o tema permanentemente às plenárias para atualizações sobre o andamento. Ato contínuo, foi iniciada a discussão sobre a recomposição das câmaras técnicas do CBH-Doce, a fim de preencher algumas vagas em aberto. A presidente do comitê relatou que a frequência da participação dos membros vem sendo monitorada de forma contínua e, caso o conselheiro atinja o limite de faltas previsto em deliberação normativa, a instituição será desligada da câmara, considerando que a normativa não prevê justificativa para as faltas. Ela explicou que a frequência no plenário também vem sendo monitorada, no entanto, nesse caso, existe a possibilidade de justificar as ausências e a exclusão é precedida por um processo, em que o conselheiro tem um prazo de 30 (trinta) dias para explicar o motivo das ausências. Nesse sentido, as instituições que estão faltando às reuniões plenárias também foram notificadas, assim como os membros das CTs, sendo que até mesmo entidades que compõem a diretoria receberam o comunicado sobre as ausências. Nesse momento, o Sr. Carlos Eduardo Silva relatou incômodo com a notificação endereçada ao secretário de estado de saúde sobre a exclusão por faltas na CTIL, considerando que indicação é feita pela superintendência regional de saúde e, além disso, todas as ausências foram justificadas. Em resposta, a presidente do CBH-Doce reforçou que a norma que regulamenta o funcionamento das CTs não prevê abono de falta em caso de justificativa e que, em todos os casos, a notificação da exclusão é remetida ao representante legal da instituição. Ela endossou ao final que, em caso de representação em várias instâncias, é importante estabelecer prioridades, visando garantir a participação naquelas em que a entidade é membro efetivo. Após as explicações, a presidente do comitê consultou aos membros sobre o interesse em compor as câmaras técnicas que possuem vagas em aberto. A primeira consulta foi quanto ao interesse em participar da CTIL, que possui 04 vagas em aberto. Após verificação, foram incorporadas à CT as seguintes instituições: ASPEA e Secretaria de Estado de Saúde. Na sequência foi verificado o interesse dos membros em compor a CTCL, sendo que se manifestaram e passaram a compor a CT o Sindicato Metabase de Itabira e o SAAE de Linhares. Por fim, a ARDOCE e a ASPEA foram incluídas na CTGEC, que possuía duas vagas para

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

serem preenchidas. Considerando que mesmo após a entrada dos novos membros ainda restaram vagas em aberto na CTCL e CTIL será feita uma consulta por e-mail, a fim de buscar o preenchimento das 15 (quinze) vagas, completando a composição. Dando sequência, a Sra. Luciane Teixeira falou sobre a necessidade de completar a composição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, considerando que não há nenhum representante do Espírito Santo indicado para o grupo. A Sra. Aline Serau, da AGERH, manifestou interesse em participar. Considerando que não houve manifestação dos demais segmentos, será feita consulta via e-mail, a fim de conseguir preencher as vagas em aberto. Na sequência, foi passado ao preenchimento da vaga em aberto no Conselho Consultivo da Fundação Renova, considerando que houve a renúncia do Sr. Humberto Savelli, da ASPEA, que era um dos representantes do comitê no conselho. A Sra. Luciane Teixeira falou brevemente sobre a atuação dessa instância, em que o CBH-Doce possui 04 (quatro) vagas, preferencialmente destinadas a membros da sociedade civil. Após as explanações, o Sr. Bernardo Augusto, da FACELI, manifestou interesse. Sendo o único a se interessar, o Sr. Bernardo passa, então, a compor o Conselho Consultivo, representando o CBH-Doce. Ainda no âmbito das indicações, foi verificada a questão da participação do CBH-Doce na Câmara Técnica de Educação, Cultura, Esporte Lazer e Turismo (CT-ECELT), considerando que de acordo com Regimento Único das Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo (CIF) o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce é membro da CT-ECELT ocupando, inclusive, a 2ª suplência na coordenação dessa CT. No entanto, conforme explicado pela presidente do CBH-Doce aos conselheiros, devido elevado e crescente volume de demandas internas, o CBH-Doce não vem conseguindo acompanhar as discussões no âmbito da CT-ECELT, especialmente porque algumas das principais competências atribuídas à CT não estão diretamente relacionadas às questões tratadas no âmbito do CBH-Doce. Diante do exposto, foi feita a consulta à plenária e houve a concordância em abrir mão da vaga na CT-ECELT, manifestando, entretanto, o interesse em permanecer acompanhando, como instituição convidada, as discussões relacionadas à Educação Ambiental, sobretudo em articulação junto ao GT específico criado para essa finalidade. Em seguida, foi retomada a questão sobre a vaga em aberto na diretoria do comitê, em função da saída o então secretário executivo, Sr. João Lages. Foi definido que será feita

Ata aprovada em reunião no dia 20 de agosto de 2019

consulta junto aos conselheiros elegíveis para a vaga e, caso haja mais de uma instituição interessada, a decisão se dará entre os representantes do segmento. Finalizados os assuntos em pauta, nos assuntos gerais, a presidente do CBH-Doce apresentou a todos o Sr. Rubens, estudante de doutorado que acompanhou a reunião do CBH-Doce. O doutorando se apresentou a todos explicando que está desenvolvendo uma pesquisa sobre a Gestão Participativa dos Recursos Hídricos, sendo os comitês de Bacias seu objeto de pesquisa. Ele ressaltou que o objetivo é compreender como a gestão participativa contribui para a produção de conhecimento em relação à problemática da água. A Sra. Luciane agradeceu o estudante pela presença e destacou que ele irá procurar algumas lideranças para a continuidade do trabalho de pesquisa. Encerrados os assuntos em pauta, a reunião foi encerrada por volta das 16h30.



LUCIANE TEIXEIRA MARTINS

Presidente do CBH-Doce